

Rua Albita, 194 • Bairro Cruzeiro
Belo Horizonte • MG • CEP 30.310-160

DEFESA DA MAGISTRATURA

Atuação das Associações adia a votação do PL 3.123

Fotos: Amagis



Acompanhados de juízes mineiros, diretores da Amagis apresentam a deputados a rejeição da classe ao projeto 3.123

Após intensa atuação das Associações, entre elas a Amagis, lideradas pela AMB, durante

duas semanas seguidas, a Magistratura obteve vitória parcial, no dia 2 de março, ao adiar a

votação do projeto de lei 3.123, que cria teto remuneratório e impõe danos irreparáveis a conquistas

da classe. No dia 24 de fevereiro, a mesma reação havia derubado o regime de urgência na tramita-

ção. Nova tentativa de votação está prevista para a segunda quinzena deste mês.

Páginas 4 e 5

Izabela Machado



Diretores da Amagis com juízes no Fórum Dr. Manoel Castro Santos

GESTÃO ITINERANTE

Com o objetivo de ampliar o diálogo com a magistratura mineira, a diretoria da Amagis deu início, no dia 22 de fevereiro, na Comarca de Divinópolis (Oeste), ao processo de intensificação da gestão itinerante, com a qual pretende discutir as propostas da gestão para o triênio (2016/2018), e conhecer as reivindicações de juízes e juízas das comarcas de todas as regiões, integrando o interior com a capital.

Página 6

Emenda a projeto atende pleito de juízes

Página 3

Magistrados dão sugestões para Colônias

Página 13

Amagis Saúde celebrará 40 anos

Página 28

Amagis Saúde abre portabilidade sem carência

Página 27

Magistratura brasileira reage a projeto que afeta suas conquistas

MAURÍCIO SOARES*

Mais uma vez, o Poder Executivo, com apoio de setores do Legislativo, tenta extinguir direitos conquistados e consagrados da Magistratura brasileira e do Ministério Público ao impor novo teto remuneratório por meio do Projeto de Lei 3.123/15. E o faz de maneira atabalhoada, sob um conjunto de equívocos e inconstitucionalidades, formal e material, com usurpação da competência constitucional do Poder Judiciário e do Ministério Público. Junta-a isso, a quebra do pacto federativo, quando cria regras remuneratórias para Estados e Municípios, e a ofensa a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), quando confunde parcela remuneratória com parcela indenizatória.

De autoria do Governo Federal, e apresentado como Substitutivo pelo Deputado Ricardo Barros, o projeto impõe efeitos danosos e irreversíveis à Magistratura e a outras carreiras do serviço público. Todas as Associações estaduais de Magistrados, incluindo a Amagis, sob a coordenação da AMB, assim como aquelas ligadas ao Ministério Público, estão mobilizadas e vigilantes desde a apresentação do projeto, no ano passado, e durante toda a sua tramitação no Congresso Nacional. No dia 24 de fevereiro, após muita pressão, conseguimos derrubar o pedido de urgência em sua votação.

Desde a reabertura dos trabalhos legislativos deste ano, intensificamos a interlocução junto aos parlamentares, com apelo ao amplo debate de um projeto do qual não fomos consultados e a sociedade, a mais afetada, desconhece seu real alcance.

Adotamos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a mesma estratégia de enfrentamento, com esclarecimento e defesa intransigente dos direitos da Magistratura. Por confiar no espírito público e no senso de responsabilidade da maioria dos parlamentares, conversamos com cada um deles para impedir esse retrocesso. Mobilizamos e incentivamos ainda os magistrados para contatos com parlamentares em defesa da reprovação da proposta.

A matéria é inconstitucional e incompatível com a ordem jurídica pacificada. Ao elencar, por exemplo, as parcelas que devem integrar a base remuneratória para aplicação do teto, o Executivo viola

a autonomia do Poder Judiciário e do Ministério Público, em flagrante comprometimento da efetiva independência dessas instituições e do princípio de separação de Poderes. A Constituição Federal, nesse sentido, é clara: a iniciativa de lei, no que diz respeito à Magistratura e ao Ministério Público, é exclusiva do Supremo Tribunal Federal e da Procuradoria Geral da República, respectivamente.

Além disso, tentam reescrever a Constituição, que já dispõe textualmente sobre o que deve ser computado nos limites do teto remuneratório do serviço público, excepcionando expressamente as parcelas indenizatórias (artigo 37, §11). Configura também evidente impropriedade que ignora decisões do STF em temas definidos como de natureza indenizatória e que não se submetem ao teto remuneratório. Não se trata de vantagem ou privilégio, mas simplesmente de pagamento destinado a recompor o patrimônio do agente público em razão de dispêndios realizados para o exercício de suas atribuições públicas, haja ou não comprovação das despesas correspondentes.

Outra inconstitucionalidade refere-se à quebra do pacto federativo, ao criar regras remuneratórias para Estados e Municípios. Como o projeto original, seu Substitutivo traz equívocos tão graves que expõem a ausência de debate democrático e necessário sobre as carreiras, com cautela e aprofundamento, como, por exemplo, a tentativa de vedar ministros do STF de receberem gratificação eleitoral, ou remuneração por lecionar em universidades públicas, sob o argumento de que já recebem, como subsídios, o teto do funcionalismo público.

Sob o falso argumento de economia aos cofres públicos, o objetivo da proposta é fazer o ajuste fiscal das contas públicas em cima de benefícios e conquistas das carreiras e em desfavor da qualidade e aperfeiçoamento do serviço público. Enquanto houver ações e recursos para impedir esse retrocesso, não desistiremos.

Tudo faremos, e não abrimos mão até mesmo de recorrer à própria Suprema Corte em defesa intransigente dos direitos dos Magistrados. Essa é a nossa missão, que é feita de avanços e também de luta pela manutenção das conquistas consagradas. ●

(*) Presidente da Amagis

“O objetivo da proposta é fazer o ajuste fiscal das contas públicas em cima de benefícios e conquistas da classe”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador
Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina
de Paula Peixoto

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**

Juiz José Martinho Nunes

Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juiz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Coordenadoria amplia
combate à violência
contra mulher **8**

14 Cidadão é
beneficiado com
incentivo ao diálogo

- » Projeto que cria cargo de juiz substituto recebe emenda 03
- » Amagis atua intensamente em Brasília contra retrocesso 04
- » Associações contestam constitucionalidade do PL 05
- » Diretoria da Amagis leva gestão itinerante a Divinópolis 06
- » Comissão realizará reuniões no interior a partir de março 07
- » Coordenadoria amplia combate à violência contra mulher 08
- » Amagis reforça integração com comunidade do Nutris 10
- » Interesse da criança prevalece em adoção homoafetiva 11

- » Presidente do TSE defende democracia nos partidos 12
- » Amagis estuda propostas enviadas por associados 13
- » Cidadão é beneficiado com incentivo ao diálogo 14
- » Magistrados lançam livros na Amagis 18
- » Imobiliária oferece desconto para magistrados 24
- » Discos de vinil, uma experiência sonora eterna 25
- » Amagis Saúde abre portabilidade sem carência 27
- » Integramagis celebrará 40 anos da Amagis Saúde 28

Presidente do TSE
defende democracia
nos partidos **12**

27 Amagis Saúde
abre portabilidade
sem carência

PROJETO NA ASSEMBLEIA

Comissão aprova cargo de juiz substituto com emenda

O objetivo do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, de manter e fortalecer a interlocução da Associação com os Três Poderes, trouxe o primeiro resultado positivo para a magistratura.

No dia 22 de fevereiro, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes, apresentou emenda ao Projeto de Lei Complementar 49/2016, que transforma dez cargos de juiz em cargos de juiz substituto de segundo grau, pela qual o provimento deverá observar os critérios de antiguidade e merecimento, dentre os juízes de entrância especial integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade.

No dia 2 de março, a Comissão de Administração da Assembleia aprovou o projeto e a emenda, que agora seguem para outras comissões temáticas.

A alteração foi apresentada de comum acordo com o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, que, no dia 17 de fevereiro, recebeu, durante reunião, a solicitação da diretoria da Amagis de alternar os critérios de merecimento e

antiguidade para a remoção aos dez novos cargos.

O pleito apresentado ao presidente do Tribunal de Justiça foi pauta da reunião realizada anteriormente, entre a diretoria da Amagis e juízes no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, na qual o PLC 49/2016 foi discutido, reforçando o caráter participativo da nova gestão.

DIÁRIAS E APOSENTADOS

Outro pleito apresentado pela Associação, no dia 5 de fevereiro, foi o de simplificação, desburocratização e adoção de formulários eletrônicos para o pagamento de diárias de viagem aos magistrados.

Por causa do grande número de informações solicitadas, os formulários têm sido devolvidos aos juízes com a informação de que não seriam cumpridas as exigências da resolução 660/2011, que disciplina o procedimento.

Ainda no dia 5 de fevereiro, o presidente da Amagis encaminhou ofício ao Tribunal de Justiça solicitando o pagamento de diferenças salariais em favor dos aposentados. ●

Izabela Machado



Maurício Soares e Luzia Peixôto com juízes no Fórum Lafayette



Diretoria da Amagis e magistrados reunidos com Pedro Bitencourt

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

A Amagis presta homenagem a todas as mulheres, em especial às Magistradas, por sua dedicação na construção e aperfeiçoamento do Judiciário mineiro e brasileiro.



MOBILIZAÇÃO

Amagis atua intensamente em Brasília contra retrocesso

No dia 2 de março, após intensa atuação das Associações de Magistrados, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou o adiamento da votação do projeto de lei 3.123/15 que regulamenta a aplicação do teto remuneratório para todo o funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal, impondo danos irreparáveis à classe. O objetivo é ampliar a discussão, e a previsão é de a matéria voltar à pauta na segunda quinzena deste mês.

Durante vários dias, a diretoria da Amagis cumpriu extensa agenda de debates e mobilização, articulada com a AMB e Associações de magistrados e de membros do Ministério Público de todo o País, para discutir interesses da classe e, especialmente, monitorar a tramitação, na Câmara dos Deputados,

No dia 23 de fevereiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve na Câmara dos Deputados para apresentar aos parlamentares a posição da classe contrária ao projeto. “Tudo faremos, e não abrimos mão até mesmo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal em defesa intransigente dos direitos dos magistrados. “Essa é a nossa missão, que é feita de avanços e também de luta pela manutenção das conquistas consagradas”, afirmou o presidente da Amagis.

O empenho das Associações obteve o primeiro resultado. No dia seguinte, 24 de fevereiro, o Governo Federal recuou e retirou o regime de urgência de votação da proposta. No mesmo dia,

as Associações de classe publicaram nota técnica contestando a constitucionalidade do PL (saiba mais na matéria ao lado).

Em mais um esforço para garantir a manutenção das conquistas da classe, Maurício Soares retornou a Brasília, no dia 29 de fevereiro, onde participou de reuniões, na sede da AMB, para discutir a atuação das Associações na defesa dos interesses da magistratura frente ao PL. Uma das iniciativas tomadas foi mobilizar juízes de todo o País para que fizessem pressão sobre os parlamentares, defendendo a reprovação da matéria na Câmara dos Deputados.

Ainda no dia 29, o juiz José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, e o juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, diretor de Comunicação de Aposentados da AMB, participaram da reunião da Coordenadoria de Aposentados da Associação, na Capital Federal, que teve como um dos pontos de pauta o PL 3.123/15.

Nos dias 1º e 2 de março, o presidente Maurício Soares, acompanhado das juízas Luzia Peixôto, vice-presidente de Saúde da Amagis; Rosimere das Graças do Couto, diretora subsecretária da Associação; e Miriam Vaz Chagas, da Comarca de Ribeirão das Neves; e dos juízes Dalton Soares Negrão, da Comarca de Divinópolis; e Dalmo Luiz Silva Bueno, da Comarca de Governador Valadares, encontrou-se com deputados mineiros para expor a preocupação da magistratura com o projeto de lei. ●

Ascom/AMB

**Maurício Soares e membros de Associações estaduais e da AMB**

Amagis



Amagis



Amagis



Amagis



Ascom/AMB



Ascom/AMB

**Magistrados conversaram com deputados e participaram de reuniões**

ORDEM JURÍDICA

Associações contestam constitucionalidade do PL

As Associações nacionais, que congregam mais de 40 mil magistrados e integrantes do Ministério Público, divulgaram, no dia 24 de fevereiro, com apoio das Associações estaduais, entre elas a Amagis, nota técnica contestando a constitucionalidade do Projeto de Lei 3.123/15, que regula a aplicação do teto remuneratório para todo o funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal.

No documento, as entidades de classe demonstram que a Constituição dispõe sobre o que deve ser computado nos limites do teto remuneratório do serviço público, tornando exceção as parcelas indenizatórias, deixando para o plano infraconstitucional apenas a tarefa de legislar sobre a fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

As Associações registraram ainda que a iniciativa da lei, no que diz respeito à Magistratura e ao Ministério Público, é exclusiva do STF e do Procurador-Geral da República. No argumento, deixam claro que, se ao Executivo não é dada a iniciativa de propor lei sobre subsídios e regime remuneratório dos ministros do Supremo e de toda a Magistratura, do Procurador-Geral da República e dos membros do Ministério Público, não se pode admitir que, por via legislativa, proponha o que deve ser computado no teto remuneratório dos membros dessas duas carreiras.

Veja ao lado alguns trechos da nota técnica e leia o documento na íntegra no site amagis.com.br.



OESTE DE MINAS

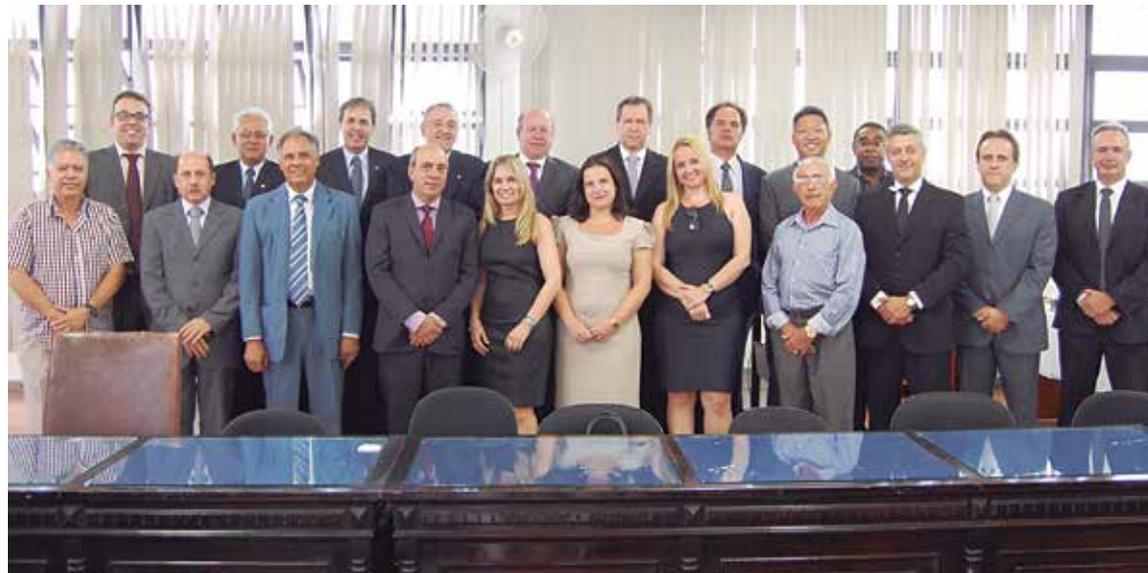
Diretoria da Amagis leva gestão itinerante a Divinópolis

Izabela Machado

A Diretoria da Amagis deu início ao processo de intensificação da gestão itinerante, pela qual pretende discutir as propostas do triênio (2016/2018), com a reunião realizada, no dia 22 de fevereiro, com juízes da Comarca de Divinópolis e região. O encontro aconteceu no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Dr. Manoel Castro Santos.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a reunião foi importante para ampliar o diálogo com os magistrados da região, ouvindo seus pleitos e informando sobre as ações desenvolvidas pela a Associação em favor de melhores condições de trabalho e valorização da classe, como também sobre o andamento de projetos de interesse da magistratura que estão em tramitação no Congresso Nacional e Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Na avaliação do diretor do Foro da Comarca, juiz Francisco de Assis Corrêa, o



Diretoria da Amagis reuniu-se com magistrados de Divinópolis e região no fórum da comarca

contato com os juízes do interior permite ao presidente da Amagis conhecer, cada vez mais, a situação vivida pelos magistrados. “Nesse encontro, temos a chance de apresentar as demandas individuais e coletivas da localidade”, apontou.

Antes da reunião, o presidente Maurício Soares, a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, a diretora substituída, juíza Rosimere Couto, e o juiz Dalton Soares Negrão, membro do Conselho

Gestor da Amagis Saúde, visitaram as obras do novo Fórum de Divinópolis, que está sendo construído em uma área de 15 mil metros quadrados e irá concentrar todas as varas da Comarca. O vice-presidente financeiro e desembargador Alberto Diniz e o tesoureiro da seccional, juiz Rafael Afonso de Andrade Leite, também participaram do encontro.

ITABIRA

No dia 29 de janeiro, o presidente da

Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, em Itabira (Região Central), da instalação do Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania. De acordo com ele, a presença da Associação nas comarcas do interior será uma das marcas da atual gestão.

Maurício Soares destacou que a instalação de mais uma unidade do Cejus é fundamental para contribuir com a redução do acervo processual do Judiciário mineiro. O

3º vice-presidente do TJMG, desembargador Wander Marotta, destacou que o Judiciário tem uma demanda excessiva e que o Cejus, ao lado de soluções tecnológicas, contribui para soluções de redução da carga processual.

No dia 22 de janeiro, o presidente da Amagis esteve em Uberaba (Triângulo Mineiro), onde participou da inauguração do novo Fórum, que passou a concentrar as 17 varas da Comarca. ●



Há mais de 60 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira conta com espaço próprio na internet!

AGENTE PRISIONAL

Comissão realizará reuniões no interior a partir de março



Carreira de agente prisional precisa de regulamentação

A partir deste mês, a Comissão da Amagis para estudos sobre a regulamentação da carreira do cargo público de agente de segurança penitenciária começará a realizar as reuniões nas comarcas do interior para debater o tema.

O primeiro encontro será realizado no dia 31 de março, em Uberlândia (Triângulo Mineiro). Para o coordenador da comissão, juiz Thiago Colnago Cabral, as reuniões nas comarcas do interior serão fundamentais para dar mais qualidade ao estudo e conferir maior legitimidade à proposta que a Associação irá apresentar ao Poder Legislativo.

Segundo o magistrado, a falta da regulamentação da carreira dos agentes prisionais é vista pelos juizes como um ponto negativo do sistema prisional, pois, de acordo com ele, o sis-

tema de Justiça Criminal no Brasil é amplo e deve funcionar de forma integrada até o cumprimento da pena.

A primeira audiência para regulamentação do cargo de agente de segurança penitenciária foi realizada na sede da Amagis, no dia 11 de dezembro, com a participação de magistrados, representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, e membros dos sindicatos dos agentes penitenciários e socioeducativos.

A comissão é composta pelos juizes Thiago Colnago Cabral (coordenador), Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, Wagner de Oliveira Cavalieri, Denes Marcos Vieira, Aloysio Libano de Paula Júnior e Ludmila Lins Grillo. Os magistrados podem também enviar sugestões pelo e-mail imprensa@amagis.com.br.

LUSO-BRASILEIRO

Associação incentiva a participação em seminário

Georgia Baçvaroff



Ricardo Torres Oliveira e Maurício Soares

O encerramento será feito pelo presidente eleito de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa.

As vagas dos magistrados mineiros beneficiados foram sorteadas pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e pelo vice-presidente Socio-cultural-Esportivo, juiz Ricardo Torres Oliveira. No caso de desistência, os suplentes serão chamados pela ordem do sorteio.

Os sorteados terão direito à inscrição e ajuda de custo para hospedagem, que será feita por reembolso no retorno mediante apresentação dos recibos de pagamento, em valor máximo para cada diária, que será previamente informado. ●

Dez magistrados mineiros irão participar, com o apoio da Amagis, do IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, que será realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal, dos dias 28 a 31 de março, com o tema “Democracia no

contexto das crises políticas e econômicas”.

Entre os palestrantes, estão o presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, Jorge Miranda, o embaixador do Brasil em Portugal, Mario Vilalva, os ministros do STF, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, e o senador Aécio Neves.

CAPACITAÇÃO

ENM realiza curso de investigação



Os interessados em participar do curso sobre técnicas de investigação, que será promovido pela Escola Nacional da Magistratura, têm até o dia 25 de março para fazer a inscrição.

O objetivo do curso é capacitar os magistrados sobre o sistema legal e as modalidades operacionais que viabilizam as várias alternativas

para enfrentamento e prevenção do crime organizado, crimes financeiros, contra a administração pública e criminalidade transnacional.

O curso será realizado em Salvador (BA), dos dias 28 a 29 de abril, com 16 horas/aula. A escola disponibilizará 50 vagas no total e as inscrições poderão ser feitas no site enm.org.br. ●

MEDIDAS DE APRIMORAMENTO

Coordenadoria amplia comba

O rigor na punição à violência doméstica e familiar contra a mulher é o aspecto mais conhecido da Lei Maria da Penha, que completará 10 anos em agosto próximo. O que a maioria das pessoas não sabe é que o texto dessa lei instituiu instrumentos que visam à adoção de medidas de aprimoramento do Judiciário e prevenção no combate à violência contra mulher.

Para a desembargadora Evangelina Castilho Duarte, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG (COMSIV), os mecanismos previstos na Lei Maria da Penha são uma grande conquista. Criada há quatro anos, a coordenadoria tem desenvolvido projetos, como o “Justiça vai à escola - Chega de violência”, e parceria com universidades. A partir deste mês, suas atividades serão ampliadas.

Uma das iniciativas previstas para março é o curso sobre a Lei Maria da Penha, promovido com o objetivo de atualizar os magistrados de toda a Minas Gerais sobre o debate da legislação. O curso foi gravado em videoaulas, que poderão ser assistidas pelo site da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (ejef.tjmg.jus.br).

Ainda em março, será celebrado um convênio com a Faculdade de Direito Izabela Hendrix, a partir do qual estagiários voluntários irão cooperar nas “Varas Maria da Penha”, especializadas em violência doméstica e crimes contra a mulher. Os estudantes atuarão



Desembargadora Evangelina Duarte com a primeira turma do Projeto Jovens Transformadores

no exame do acervo em andamento, viabilizarão o arquivamento de processos já decididos, de medidas protetivas já revogadas e de inquéritos policiais nos quais já se tenha configurado a prescrição da punibilidade do agressor.

A COMSIV mantém ainda convênio com o curso de psicologia da Faculdade Pitágoras, a partir do qual os universitários cooperam com a equipe multidisciplinar das varas especializadas, atendendo a vítimas e agressores, e na elaboração dos laudos técnicos para

subsidiar a decisão dos magistrados.

Na avaliação do juiz Relbert Chinaidre Verly, da 13ª Vara Criminal de Belo Horizonte, especializada em violência doméstica, a falta de pessoal é um dos desafios enfrentados nas “Varas Maria da Penha”. Para ele, iniciativas como os convênios firmados com as universidades são muito importantes para que o trabalho dos juízes das varas especializadas possa evoluir e que o atendimento às vítimas de violência doméstica seja garantido confor-

me exige a Lei Maria da Penha.

O objetivo do convênio firmado com a Faculdade de Psicologia do Centro Universitário UNA é atuar diretamente na prevenção. Os magistrados que atuam nas “Varas Maria da Penha” encaminham homens autores de violência doméstica e familiar para o projeto “Junt@s: mulheres e homens contra a violência”, onde participam de atividades em grupo nas quais refletem sobre suas ações e postura.

Segundo Simone de Oliveira, professora de

psicologia da UNA, no projeto são trabalhadas formas do homem não praticar a violência, seja ela física, moral ou psicológica. A professora disse que a proposta é que, a partir das discussões em grupo, os homens mudem seu posicionamento frente a situações de violência contra a mulher. De acordo com a desembargadora Evangelina Duarte, o índice de reincidência dos participantes do projeto é de 1%.

TRANSFORMAÇÃO

Mais uma iniciativa que terá início neste

LOCAL DA AGRESSÃO (%), POR SEXO, NO BRASIL EM 2013.

Local	Fem.	Masc.
Estabelecimento saúde	25,2	26,1
Domicílio	27,1	10,1
Via pública	31,2	48,2
Outros	15,7	15,0
Ignorado	0,8	0,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Justiça Vai à violência contra mulher

o projeto “Jovens Transformadores”. A coordenadoria capacitou, nos dias 22 e 26 de fevereiro, estudantes de Direito para que eles realizem inicialmente palestras em escolas de ensino médio sobre a violência doméstica, podendo ampliar o debate para as universidades.

O curso oferecido aos estudantes abordou aspectos da Lei Maria da Penha como medidas protetivas, prisão do agressor, igualdade de gênero, relação saudável e relação doentia, locais de atendimento das vítimas, projetos e direitos humanos.

Para o estudante de Direito da UFMG, Gabriel Mendes Fajardo, que participou da primeira turma do curso, com a iniciativa é possível saber como Tribunal de Justiça atua nos casos de violência contra a mulher, principalmente em perspectiva educacional e combativa, e não somente quando a violência se concretizou. Ele acredita ainda que há uma facilidade maior para que a conscientização seja feita, quando o diálogo ocorre entre estudantes.

A desembargadora Evangelina Duarte adiantou que o “Jovens Transformadores” é um desdobramento do projeto “Justiça Vai à Escola – Chega de Violência”, a partir do qual magistrados, psicólogos, técnicos e parceiros da COMSIV realizam palestras em escolas de ensino médio da rede estadual, escolhidas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a partir do Mapa da Violência de Minas Gerais, de acordo com o

índice de violência doméstica de cada bairro.

Para este ano, dez escolas já foram selecionadas para receber o projeto. A primeira palestra será realizada no dia 18 de março, na Escola Estadual Luiz de Bessa, no bairro Goiânia, na região Noroeste de Belo Horizonte. Já neste dia, um estudante capacitado pelo “Jovens Transformadores” participará da palestra, acompanhado de um magistrado. A discussão é acompanhada da “Trupe a Torto e a Direito” da UFMG, que, em sua apresentação, aborda a violência contra a mulher.

APRIMORAMENTO

De acordo com Evangelina Duarte, a Lei Maria da Penha tem conseguido atingir o objetivo de conscientizar a população para a existência da violência doméstica e familiar que, antes, era admitida, tolerada e considerada como fato de irrelevância criminal, com exceções de casos com lesão corporal grave ou morte. Mesmo com os avanços, a magistrada acredita que a estrutura para o combate à violência contra mulher pode ser aprimorada. Para ela, o Judiciário mineiro ainda precisa criar varas especializadas nas comarcas do interior; o Poder Executivo precisa equipar as Delegacias da Mulher com pessoal especializado, instrumentos que deem agilidade ao atendimento e defende a criação de equipes específicas das delegacias das cidades do interior, onde não for possível a instalação de delegacias especializadas. ●

Divulgação COMSIV



Apresentação da Trupe a Torto e a Direito aborda violência doméstica

QUADRO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL EM 2014

Agressor	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Pai	4.758	2.633	476	272	18	8.157
Mãe	6.849	2.694	438	348	52	10.381
Padrasto	1.576	1.273	292	83	3	3.227
Madrasta	81	0	0	0	0	81
Cônjuge	0	2.095	9.947	15.913	813	28.768
Ex-cônjuge	0	565	4.174	5.236	106	10.081
Namorado	0	2.405	1.597	1.352	32	5.386
Ex-namorado	0	729	1.250	913	30	2.922
Filho	0	62	99	1.910	2.206	4.277
Irmão	875	3.421	3.902	3.982	445	12.625
Amigo/conh.	488	748	1.037	1.349	176	3.798
Desconhec.	2.523	5.257	3.732	4.554	485	16.551
Cuidador	275	71	29	49	216	640
Patrão/chefe	4	53	79	128	8	272
Rel. Institucional	149	133	135	243	49	709
Agente da lei	21	97	132	156	11	417
Autoprovocada	419	3.466	4.676	7.386	600	16.547
Outros	2.906	1.853	1.944	3.245	1.080	11.028
Total	16.166	24.922	33.463	46.847	6.312	127.710
Pais	13.264	6.600	1.206	703	73	21.846
Parceiros	0	5.794	16.968	23.414	981	47.157

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

SEGURANÇA

Amagis reforça integração com comunidade do Nutris

Izabela Machado

A diretoria do Nutris realizou reunião, no dia 1º de fevereiro, com a comunidade do bairro Mariano Abreu, na região Leste de Belo Horizonte, onde está localizada a creche do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), para discutir medidas de preservação e segurança do núcleo, a fim de integrar os pais dos alunos no dia a dia da instituição.

A presidente do Nutris, Marlene Fernandes, propôs a criação de um conselho de pais e destacou que a comunidade também é responsável pela preservação do Núcleo. “Precisamos valorizar o apoio que a magistratura mineira nos dá e preservar esse local, tão importante para muitas famílias”, afirmou a presidente do Nutris.

Para o desembargador José Antônio Braga, vice-presidente do Nutris, a parceria entre a creche e os pais é fundamental para a manutenção dos trabalhos desenvolvidos pela creche. “A comunidade precisa ajudar a tomar conta do Nutris como se fosse a sua casa”, disse.

Na ocasião, o tenente Cleiton Castro, da 23ª Companhia da Polícia Militar, deu dicas de segurança aos participantes do encontro e destacou que, quanto maior for o diálogo entre a Polícia Militar, o Nutris e as famílias que frequentam a creche, toda a comunidade ficará mais protegida.

Também participaram do encontro, a presidente de honra da



Diretoria do Nutris reunida com pais dos alunos da instituição



Wanderley Salgado entrega cheque com doação a Maurício Soares

creche e esposa do presidente do TJMG, Margit Denise Bohlen Marcondes; a 1ª secretária do Nutris, juíza Teresinha Dupin Lustosa; e os desembargadores José Antonino Baía Borges e Francisco José Lopes de Albuquerque

RENDA DE LIVRO

O desembargador Wanderley Salgado de Paiva esteve na sede da Amagis, no dia 27 de janeiro, para entregar

ao presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, um cheque com renda integral (R\$ 3.260,00) da venda do livro “As regras do jogo”, de autoria do magistrado.

No livro, Wanderley Salgado comenta as regras do futebol, artigos com curiosidade, situações de jogo e possíveis mudanças previstas para este ano.

A publicação está à venda na Livraria Del

Rey, Livraria Leitura dos Shoppings de Belo Horizonte, nas bancas de revista em frente ao Café Nice, do Edifício Maletta, e em frente à portaria principal do Fórum Lafayette.

O Nutris atende a cerca de 200 crianças e adolescentes, de 6 meses a 16 anos, de famílias de baixa renda. No Núcleo, são desenvolvidas atividades psicopedagógicas, psicomotoras, cognitivas e afetivas. ●



CONTRIBUA COM O NUTRIS

Você também pode ajudar. Para contribuir com a instituição, é possível fazê-lo diretamente no Nutris ou, no caso dos magistrados e pensionistas, fazer a solicitação do documento de autorização para desconto em folha. O valor da doação é livre e toda quantia será de grande ajuda. Para mais informações:

Nutris:

(31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Amagis:

(31) 3079-3471 (Falar com Elizabeth)

VOLUNTARIADO

Onze pensionistas trabalham voluntariamente na instituição, cuidando da confecção de uniformes, fantasias para teatro e datas comemorativas, da coordenação de atividades, entre outras funções. Conta também com 14 funcionárias, entre professoras, faxineiras e coordenadoras, as quais oferecem parte do seu tempo para dar carinho, amor, atenção e educação às crianças.

CONTRA O PRECONCEITO

Interesse da criança prevalece em adoção homoafetiva

Arquivo Pessoal



Juiz Fernando Lamego Sleumer

Qual a situação da criança no período da adoção?

Ela já estava com 6 anos, e o número de interessados reduzia a cada dia, com risco de o menor ficar abrigado até os 18 anos e ser lançado nas ruas, sem qualquer referência de família. Os magistrados que atuam nas varas com atribuições da Infância e Juventude têm o dever de observar os prazos e priorizar as ações judiciais envolvendo menores acolhidos, tendo em vista que, a cada dia, diminuem as possibilidades da criança ou adolescente de receber uma nova chance em um ambiente familiar que lhe garanta afeto, carinho e dignidade.

Quais as regras o senhor observou para autorizar a adoção da criança por um casal homoafetivo?

Além dos procedimentos legalmente previstos,

os pilares que nortearam a decisão foram os princípios da proteção integral e da primazia dos interesses do menor. No caso dessa criança, a regra observada foi estritamente a ordem dos interessados que integravam os cadastros de adoção. Nada mais fiz do que cumprir a Constituição e garantir o princípio da isonomia, e apenas cuidei de apurar se o núcleo familiar dos interessados na adoção era estável, com ambiente propício ao desenvolvimento sadio e feliz da criança.

As instituições de acolhimento estão preparadas para apoiar na reestruturação das crianças acolhidas?

O abrigamento é medida excepcional e, como tal, deve ser considerado. A minha experiência à frente de uma Vara da Infância e Juventude aponta

Dar a uma criança a chance de ter uma família ou mantê-la em um abrigo com o risco de ela ser lançada às ruas ao completar 18 anos? Foi com essa situação que o juiz Fernando Lamego Sleumer, da Comarca de Capelinha (Vale do Jequitinhonha), se deparou ao decidir, em 2015, pela adoção de P. H., 6 anos, por um casal homoafetivo.

Amparado pela Constituição, e observando os princípios da proteção integral e da primazia dos interesses do menor, o magistrado manteve suas convicções, não se deteve frente ao preconceito e a repercussão do caso, decidindo enfrentar uma dura realidade a qual estão submetidas centenas de crianças de todo o País, que esperam pela oportunidade de ter uma família.

para necessidade de o Poder Judiciário e o Ministério Público buscarem a atenção das autoridades municipais e da própria sociedade para as necessidades dos abrigos. Na Comarca de Capelinha, em um trabalho conjunto com a Promotoria da Infância e Juventude, conseguimos que os municípios que integram a comarca disponibilizassem uma equipe técnica de psicólogo e assistente social exclusiva para atender às entidades de abrigamento. No município de Água Boa, após reunirmos com as autoridades municipais, a APAE local deixou uma casa alugada que tinha sala de aula improvisada, com fechamento com telas de galinheiro, para um imóvel muito mais condigno ao atendimento de mais de 60 pessoas, inclusive crianças com necessidades especiais.

Em regiões mais carentes, como o Vale do Jequitinhonha, ainda ocorre situações nas quais os pais dão a criança para adoção. Como é possível coibir a adoção ilegal?

Este tipo de “adoção” somente pode ser combatido com o trabalho integrado da rede de proteção da infância e juventude. Na Comarca de Capelinha, obtivemos êxito em obstar essa prática a partir da conscientização da rede municipal de saúde no sentido de que, sempre que houver indícios, dentro da maternidade do hospital, de que tal situação possa ocorrer, que a equipe de saúde acione imediatamente o Conselho Tutelar para tomar ciência do caso e comunicar às autoridades que atuam na área da infância e juventude.

Dados do CNJ demonstram que existem no Brasil

33,5 mil pretendentes para a adoção de 5,7 mil crianças. Para o senhor, o que explica que, mesmo com um grande número de pretendentes, ainda exista tanta criança sem uma família?

As causas para tamanha desproporção entre o número de pretendentes e o número de crianças disponíveis para adoção têm várias origens, desde o preenchimento falho dos cadastros até a inobservância da necessária primazia e celeridade nas ações que envolvem interesses de crianças e adolescentes. No entanto, para aqueles que atuam diretamente nas Varas da Infância e Juventude, torna-se claro que os motivos principais são as restrições que os interessados incluem nos cadastros. Além da restrição etária, principal gargalo para adoção, muitos pretendentes lançam restrições quanto a possíveis problemas de saúde ou deficiências que as crianças possam ter, além de estarem presentes outras questões veladas, que não são exteriorizadas para o magistrado da infância e juventude por caracterizarem preconceito ou discriminação, mas que são notadas e ocorrem com certa frequência como restrições de raça, compleição física, beleza, entre outros fatores. ●

CRISE POLÍTICA

Presidente do TSE defende mais democracia nos partidos

Em palestra realizada, no dia 26 de fevereiro, em Belo Horizonte, na abertura da edição 2016 do projeto Terceiro Turno, da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo, do TRE-MG, o presidente do TSE e membro do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu que a solução para os problemas enfrentados pela democracia brasileira é mais democracia. Sua palestra versou sobre “Os desafios da Justiça Eleitoral no mundo contemporâneo”.

Ao analisar o cenário político brasileiro, o ministro apontou que, hoje, a falta de legitimidade da classe política e dos partidos políticos é um problema que atinge a todo mundo. “A crise dos partidos políticos é uma questão comum ao mundo político democrático”, observou.

O presidente do TSE disse que, quando o eleitor vai à urna, ele tem três ou quatro candidatos, mas questionou: “Quem escolheu esses candidatos?” O ministro ponderou ainda que, algumas vezes, dentro do partido, esses candidatos são indicados por uma única pessoa, sem democracia interna e sem participação da sociedade. “Nós temos de repensar isso”, advertiu.

Para ele, democratizar os partidos políticos e promover a escolha dos candidatos previamente com um debate do qual a sociedade participa, resgatar o caráter progra-

Izabela Machado



Ministro Dias Toffoli durante palestra no auditório do TRE-MG



Presidente do TSE com o presidente da Amagis, Maurício Soares

mático dos partidos e a credibilidade deles são desafios para o futuro que devem ser pensados agora. “No fundo, no fundo, continuamos escolhendo entre pessoas. Por achar que essa ou aquela pessoa pode ser melhor do que a outra”, constatou.

BREVE HISTÓRICO

O ministro fez um breve histórico da

Justiça Eleitoral brasileira, criada em 1932, com o Código Eleitoral, demonstrando que, ao longo dos anos, o Judiciário procurou aprimorar o sistema eleitoral do País, promovendo inovações como a criação da cédula única de votação em 1955, a informatização do voto a partir de 1989 e adoção do voto biométrico, cujo primeiro teste foi re-

alizado pela primeira vez em 2008.

De acordo com Dias Toffoli, a identificação biométrica deve alcançar 50 milhões de eleitores até o dia 4 de maio deste ano, e a meta é de que, até 2020, todos os eleitores já estejam cadastrados. Com essa abrangência do sistema biométrico, o ministro apontou como grande desafio

a criação de uma identidade nacional única do cidadão brasileiro, a partir de um sistema seguro, a biometria, oferecido pela Justiça Eleitoral.

NOVAS REGRAS

Para as eleições de 2016, o presidente do TSE pontuou a redução do tempo de campanha de 90 para 45 dias, e destacou que, pela primeira vez, o limite com os gastos de campanha será fixado pela Justiça Eleitoral, proporcionando uma campanha mais justa e equilibrada, dando ao Judiciário mais condições de avaliar eventuais abusos econômicos.

Segundo Dias Toffoli, em 2014, 95% do que foi arrecado pelos candidatos foi doado por grandes empresas, 3% vieram do Fundo Partidário e 2%, de doações dos cidadãos. O ministro citou, como exemplo, uma indústria do setor alimentício, que, nas últimas eleições, doou o total R\$ 658 milhões a diferentes candidaturas.

“O fim da doação de empresas, penso eu, pode ser extremamente positivo, exatamente para evitar uma eventual cumplicidade, ou eventual compadrio, entre o candidato e o seu financiador”, avaliou Dias Toffoli, ao abordar a necessidade de menos interferência do poder econômico nas campanhas eleitorais, entendido por ele com um dos desafios imediatos que a Justiça Eleitoral deve enfrentar. ●

APRIMORAMENTO

Amagis estuda propostas enviadas por associados

Tiago Parrela



Riza Nery, Ricardo Torres, José Eustáquio, Nicolau Masselli, Mara Lúcia e Izabela Rodrigues

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, juiz Ricardo Torres Oliveira, reuniu-se, no dia 17 de fevereiro, com

diretores das Colônias de Férias e do Parque Esportivo da Associação, para avaliar as primeiras sugestões enviadas pelos asso-

ciados de aperfeiçoamento do uso das unidades sociais, como a proposta de instalação de barras de apoio nos banheiros.

A iniciativa da diretoria tem como objetivo identificar, com a participação dos associados, quais as melhorias nas unidades sociais tanto

para preservação do patrimônio, como para facilitar e ampliar o acesso dos magistrados e seus dependentes às colônias, parque esportivo e salão de festas da Amagis. As sugestões e reclamações podem ser enviadas para o e-mail vicepresidentesociocultural@amagis.com.br.

Participaram da reunião com o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, o coordenador geral das Colônias de Férias, juiz José Eustáquio Lucas Pereira; a diretora do Parque Esportivo, juíza Riza Aparecida Nery; o desembargador José Nicolau Masselli, membro da comissão de obras das colônias; a coordenadora do Departamento de Administração, Compras e Patrimônio, Mara Lúcia de Carvalho; e Izabela Rodrigues Fonseca de Barros, do Departamento Jurídico da Associação. ●

FÉRIAS

Inscrições para julho se encerram no dia 24

Bruno Gontijo



Colônia de Nova Viçosa, no sul da Bahia

As inscrições para as Colônias de Férias da Amagis, durante a alta temporada de julho, estão abertas até o dia 24 de abril. Ao todo, são cinco unidades (Nova Viçosa, Caldas Novas, Cabo Frio, Caxambu e Ubatuba), que oferecem infraestrutura completa

para garantir o conforto e lazer dos associados e seus familiares.

Os interessados poderão se inscrever para apenas uma colônia e, no caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento. As inscrições podem ser feitas pelos e-mails

cacia@amagis.com.br ou adrianapires@amagis.com.br. Para mais informações, os associados podem ligar para (31) 3079-3457 e falar com Cacia Guedes. As datas de hospedagem para cada unidade estão disponíveis no site amagis.com.br. ●

O FUTURO CHEGOU.
E VEIO DE CARRO.



Novo Honda

Accord
2016

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



AUTO JAPAN

CONCILIAÇÃO

Cidadão é beneficiado com

BRUNO GONTIJO, IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

Existem nas Comarcas de Minas Gerais diversas iniciativas de implementação da conciliação e mediação como meios de resolução de conflitos. Desde 2006, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais participa da Semana Nacional da Conciliação e, em 2011, foram instituídos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejus). Todas essas iniciativas são imprescindíveis para que a Justiça esteja preparada para as exigências trazidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC), que entra em vigor neste mês.

De acordo com o artigo 334 do novo CPC, ao verificar o preenchimento dos requisitos da petição inicial, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou mediação.

A Comarca de Viçosa, na Zona da Mata mineira, já está preparada para essa mudança, pois a conciliação e a mediação já fazem parte do processo de trabalho da Justiça. Em 2013, foi instalado o Centro Judiciário de Solução Autocompositiva de Conflitos. A equipe de trabalho é formada por estagiários, bolsistas, voluntários e uma supervisora, sob a coordenação das juízas Adriana Fonseca Barbosa Mendes e Giovanna Travenzoli Abreu Lourenço. O projeto também

firmou parceria com a Univiçosa.

Quando a juíza Adriana Fonseca, da 2ª Vara Cível de Viçosa, chegou à Comarca, percebeu que não havia comunicação entre a sociedade civil organizada e os poderes constituídos. “Qualquer problema que chegava até o fórum, ainda que não fosse solucionado na Justiça, não tínhamos para onde encaminhar”, observou a magistrada.

SENSIBILIZAÇÃO

Antes e depois da instalação do Cejus, foi realizado um grande trabalho de sensibilização com os advogados, promotores, defensores públicos e professores das universidades. “Além disso, buscamos capacitar o maior número possível de conciliadores e mediadores e, principalmente, conscientizar a população sobre os benefícios da conciliação. Com esse trabalho, todos

os envolvidos foram muito receptivos”, argumentou a magistrada.

O Cejus tem sido cada vez mais procurado pela população da Comarca, conforme afirma a juíza Giovanna Travenzoli, da 1ª Vara Cível e coordenadora do Cejus de Viçosa. Em dois anos, apenas na Comarca de Viçosa, **2.256 casos de mediação e conciliação** passaram pelos setores processual e pré-processual. Em todos esses casos, os cidadãos são incentivados a exercer a autonomia e participa-

Izabela Machado



Conciliação chega a acordo na 9ª Unidade do Juizado Especial de BH

ção na resolução de suas próprias questões.

Todos os processos que chegam ao Judiciário passam por uma triagem feita pelas juízas, que, posteriormente, os encaminham ao Cejus. Essa etapa é importante para que as magistradas avaliem como cada caso deve ser tratado: por mediação ou conciliação.

A juíza Giovanna Travenzoli esclareceu que existem diferenças entre os dois mecanismos. “Enquanto a mediação é indicada para situações complexas, a conciliação é mais objetiva e lida com questões pontuais”, disse a magistrada.

AMPLIAÇÃO

A aceitação por parte da sociedade e dos operadores do Direito tem proporcionado a ampliação das iniciativas de conciliação e mediação. Em 2015, o Cejus de Viçosa implantou o projeto “Oficina de Pais e Filhos”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que oferece ajuda a casais que passaram, ou estejam passando, por processo de separação e tenham filhos menores de idade. O objetivo é oferecer suporte para que as famílias

possam lidar da melhor forma possível com esse processo delicado.

A ideia por trás da conciliação e da mediação vai ancorar ainda projetos que estão em desenvolvimento no ambiente educacional, como o “Mediação Escolar”, de modo a incentivar o diálogo, o respeito e a colaboração na resolução de conflitos, e o “Justiça Comunitária”, que pretende fazer o caminho inverso, levando o Poder Judiciário até as diversas regiões da Comarca de Viçosa.

CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS

A cultura da solução pacífica de conflitos tem sido sedimentada nos Juizados Especiais Cíveis de Belo Horizonte devido ao esforço mútuo de juízes e conciliadores. A busca recorrente pela conciliação confirma a necessidade de adoção de procedimentos informais e simplificados pela

Justiça para atender às demandas da população.

Segundo o juiz da 9ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial,

“Enquanto a mediação é indicada para situações complexas, a conciliação é mais objetiva e lida com questões pontuais”

- Juíza Giovanna Travenzoli

Geraldo Claret de Arantes, as pessoas que recorrem à conciliação são aquelas que, em geral, estão tendo seus direitos vilipendiados. “Quem procura o Juizado Especial, normalmente, é o cidadão que já bateu em todas as portas,

está esgotado, angustiado e sendo espoliado de seus bens materiais. Existe uma corrente de pensamento no Judiciário - e que, felizmente, está sendo superada - que acha que as pessoas recorrem à Justiça porque gostam de litigar”, avaliou o magistrado.

Nesse modelo alternativo de solução de conflitos, é fundamental que o juiz exerça seu papel de pacificador social. Em muitos casos, o magistrado precisa intervir em discussões acaloradas e usar sua sensibilidade para fazer com que as partes

incentivo ao diálogo

Izabela Machado



Juiz Geraldo Claret de Arantes defende a pacificação por meio do diálogo

cheguem a um consenso. “As pessoas chegam às audiências com o juiz bastante nervosas, já dizendo que não há acordo. Nesse primeiro momento, deixo que elas façam a catar-se necessária para que se acalmem. Na minha mesa, tem sempre água gelada e balas, que oferecem às pessoas. Isso ajuda a aliviar a tensão. Depois disso, as partes começam a conversar, e o conflito é resolvido. No meu setor, o índice de acordo é superior a 70%. Isso significa que são 70% de ações que morrem aqui na conciliação e não vão sufocar ainda mais o Judiciário”, contou o magistrado.

CIDADÃO SATISFEITO

Após ter seu nome incluído indevidamente no cadastro de inadimplentes por uma empresa de telefonia, a estudante Milhene Rocha procurou, pela primeira vez, a 9ª Unidade do Juizado Especial de Belo Horizonte para tentar solucionar o conflito. Em cerca de 20 minutos de audiência, as partes chegaram a um acordo, sem qualquer intercorrência. A empresa se comprometeu a tirar todos os débitos do nome da estudante, que, em 30 dias, vai receber R\$ 2,9 mil de indenização por danos morais.

“Fiquei surpresa com a rapidez no atendimento e na solução do meu problema. Optei pela conciliação para ter uma compensação mais rápida. Não quis enfrentar o desgaste gerado pelo excesso de burocracia na Justiça Comum. No Juizado Especial, todo o processo durou menos de três meses”, contou Milhene.

O autônomo Márcio Ribeiro, que também teve o nome negativado por cobrança indevida de uma empresa, viu na conciliação uma forma prática e rápida de ter sua demanda atendida. “No meu caso, não

adiantou procurar o Procon. Na conciliação, a burocracia é menor, e o pessoal que nos atende é mais bem preparado. Isso faz toda a diferença”, disse ele.

Em 15 minutos de audiência, Ribeiro conseguiu negociar com a empresa. Ele terá seu contrato cancelado e seu nome retirado do cadastro de inadimplentes. Como indenização por danos morais, vai ter R\$ 3,1 mil depositados em sua conta bancária em, no máximo, 30 dias.

CEJUS

O TJMG adotou a conciliação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), que englobam as antigas “Centrais de Conciliação” e os “Juizados de Conciliação” (trata-se da conciliação relacionada à Justiça comum) e nos Juizados Especiais.

Somente na última Semana Nacional da Conciliação, ocorrida de 23 a 27 de novembro de 2015, o TJMG realizou 16.550 audiências e atendeu cerca de 40 mil pessoas. O total do valor dos acordos cíveis homologados chegou a R\$ 91 milhões.

O juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva, juiz auxiliar da 3ª vice-presidência do Tribunal, destacou que a enorme quantidade de processos tramitando na justiça atualmente e, ainda, a crescente judicialização das relações humanas firmaram a conciliação como uma forma mais

barata, rápida, justa e autônoma de se resolver conflitos de interesse. “O incentivo à utilização do método de conciliação, além de contribuir para a diminuição do número de processos, torna a resolução do conflito mais sólida e duradoura, já que são as próprias partes que colaboraram para alcançar aquele acordo”, observou Carlos Donizetti.

Segundo o magistrado, as partes costumam sair mais satisfeitas com a resolução de seus conflitos, gerando soluções duradouras. “Ao fim das sessões de conciliação e mediação, é aplicado um formulário de avaliação da satisfação do usuário, no qual as partes têm manifestado altos índices de satisfação por participarem de processos de conciliação. Em primeiro lugar, porque são ouvidas e se sentem acolhidas e, em segundo,

“No meu setor, o índice de acordo é superior a 70%. Isso significa que são 70% de ações que morrem aqui na conciliação”
- Juiz Geraldo Claret

porque elas estão escolhendo o que será o melhor para ambas”.

O juiz avaliou ainda que o incentivo à utilização da conciliação e mediação tende a gerar uma atitude de maior autonomia nas partes, uma vez que elas percebem que são capazes de resolver seus próprios conflitos de forma pacífica. “Para se ter uma ideia dos produtivos resultados, nas conciliações pré-processuais realizadas no Centro Judiciário de Belo Horizonte, em 2015, foi obtido o índice de 79% de acordo”, afirmou. ●

Divulgação



Instrutores das ‘Oficinas de Pais e Filhos’ da Comarca de Viçosa



GRUPO CRÉDITO

Recuperação e Venda

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato: Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947 -7742 fernando@grupocredito.com.br www.grupocredito.com.br



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br

Leilões On-line e Presenciais

IMÓVEIS



MÁQUINAS



VEÍCULOS



Contato (37) 3242-2218 - (37) 99862-5659

DIVISÃO DE BENS

Viúvos protegidos, filhos desprotegidos

IVANA FERNANDES VIEIRA*

Cícero R. C. Romera

O artigo 1.829, inciso I, do Código Civil (CC), permite a divisão de bens particulares entre o cônjuge sobrevivente e os descendentes nos casamentos regidos pela comunhão parcial de bens e separação obrigatória, em razão do inaugurado regime de concorrência.

Segundo Estatísticas do Registro Civil 2011, divulgadas pelo IBGE, a maioria dos casais (56,5%) se divorcia antes de completar 15 anos de união e não completam uma década, 41,6% deles.

Se o cônjuge divorciado ou sobrevivente contrair segunda núpcias, o patrimônio será outra vez repartido no evento morte.

Com o objetivo de amparar o cônjuge sobrevivente, a partilha dos bens particulares poderá deixar os filhos de relacionamento anterior desamparados, uma vez que o sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, tem o direito real de habitação e à pensão previdenciária por morte e, agora, o direito à divisão dos bens particulares com os descendentes. Além de seguro de vida que, eventualmente, é feito apenas para o novo parceiro.

Se forem poucos os bens – situação mais comum no Brasil – os filhos do antigo relacionamento ficarão com quase nada. Cite-se: o (a) falecido (a) contraiu segunda núpcias, deixou apenas um imóvel residencial como herança, adquirido antes da constância do novo casamen-



to, no qual residia com o cônjuge sobrevivente. Este terá direito à habitação e à pensão previdenciária.

Se os filhos do casamento anterior forem maiores, ficarão à mercê da vontade do cônjuge sobrevivente em promover a venda do bem, pois nem direito a aluguéis terão, já que o direito à moradia é pleno. Se forem menores, terão direito à parte da pensão previdenciária até a maioridade e, somente depois da venda do imóvel residencial, receberão seu quinhão sobre ele. Observe que podem se passar longos anos até que o imóvel seja vendido, pois, se o cônjuge sobrevivente for jovem, ele (a) poderá usufruir do imóvel durante toda sua vida.

Desta forma, a (o) viúva (o) torna-se superprotegida (o), ficando com a pensão, o

direito real de habitação e com parte de bens anteriores ao casamento, enquanto os filhos ficam sem nada ou muito menos que o cônjuge sobrevivente, prejudicados por uma interpretação conferida à norma legal, que não correspondia à vontade do pai ou da mãe quando vivos. Filhos esses, provavelmente, já prejudicados durante toda a vida pela falta de pensão e de vida assistencial de um dos pais, como frequentemente é visto nas Varas de Família. Aquele pai/mãe ausente, geralmente, é quem reconstrói a vida conjugal que termina com a superproteção de um viúvo (a).

Estes filhos terão que continuar a lutar pelo próprio sustento. E a (o) viúva (o), não raras vezes sem laços afetivos com a família do cônjuge, especialmente se não tiver tido

filhos com o falecido (a), financeiramente bem protegido (a), vai viver uma nova vida.

É a real injustiça! Nenhum filho, que tiver que disputar os bens do genitor, muitas vezes fruto de herança de seu avô, aceitará essa situação. Somente o titular do bilhete da sorte admitirá como justa a partilha dos bens particulares.

Por ser a sucessão uma projeção do regime patrimonial vigente na vida do casal, a análise do art. 1.829, I, do CC/02 há que ser feita dentro do contexto do sistema jurídico, incidindo a concorrência sobre os bens comuns, apenas. Assim se mantém intacta a vontade do titular do patrimônio por ocasião de sua morte, permitindo a partilha de bens com o cônjuge sobrevivente, em concorrência, daquilo que, com seu esforço, ajudou a construir. Faz-se a concorrência, mantendo o patrimônio naquela família

que efetivamente contribuiu para sua formação. Se houver interesse de amparo mútuo para uma eventual viuvez, o casal poderá fazer as doações ou optar pelas disposições testamentárias.

Admitir a intervenção do Estado em uma relação eminentemente privada colide com a ordem jurídica democrática. É afrontar a liberdade de vida das pessoas, em tema que não diz respeito a qualquer interesse social ou público. Se assim for, talvez seja melhor não casar! ●

(*) Juíza da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Contagem

**“É a real injustiça!
Nenhum filho,
que tiver que
disputar os bens
do genitor, muitas
vezes fruto de
herança de seu
avô, aceitará essa
situação. Somente
o titular do bilhete
da sorte admitirá
como justa a
partilha dos bens
particulares.”**

**“Admitir a
intervenção
do Estado em
uma relação
eminente
privada colide com
a ordem jurídica
democrática.
É afrontar a
liberdade de vida
das pessoas, em
tema que não diz
respeito a qualquer
interesse social ou
público.”**

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Magistrados lançam livros na Amagis

Resultado da intensa produção acadêmica dos magistrados, a Amagis recebeu, na sua sede, o lançamento de seis livros de juízes mineiros, que reúnem nas publicações seu conhecimento prático e teórico.

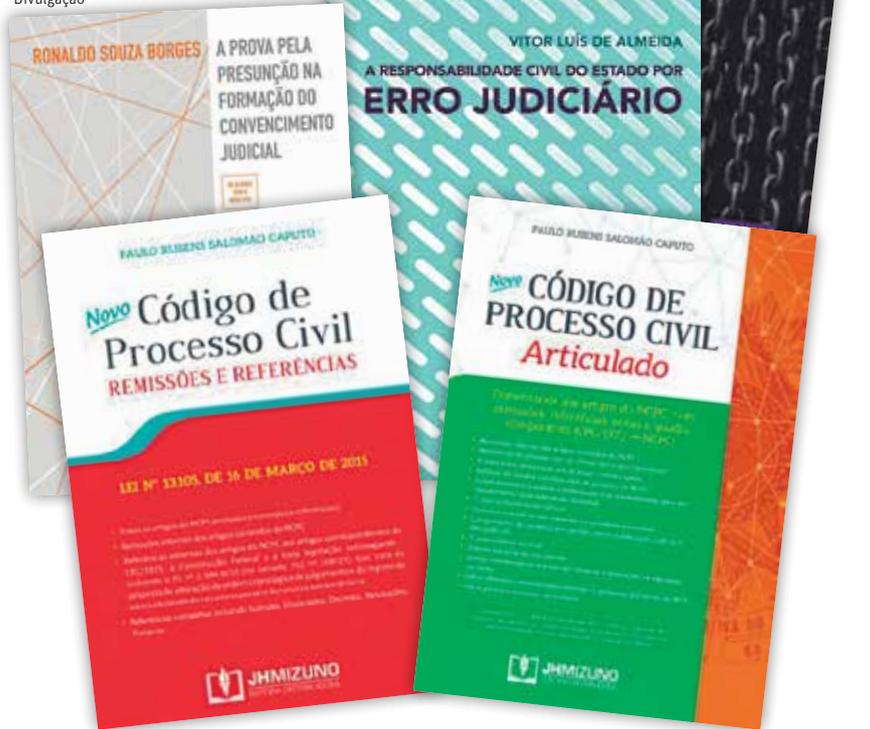
No dia 23 de fevereiro, o juiz Paulo Rubens Salomão Caputo, da Comarca de Poços de Caldas, lançou os livros “Código de Processo Civil – Remissões e Referências” e “Código de Processo Civil – Articulado”, no qual o magistrado faz uma homenagem póstuma ao desembargador Walter Veado, professor e paraninfo do autor.

Dois dias depois, 25 de fevereiro, foi a vez do

desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira, do juiz Ronaldo Souza Borges, da 2ª Vara Cível de Coronel Fabriciano, e do juiz Vitor Luís de Almeida, da Vara Criminal e da Infância e Juventude, lançarem, na sede da Amagis, respectivamente, os livros “A Força do Efeito Vinculante no Novo CPC”, “A Prova pela Presunção na Formação do Convencimento Judicial” e “A Responsabilidade Civil do Estado por Erro Judicial”.

No dia 3 de março, foi a vez do juiz Luiz Guilherme Marques, da 2ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora, lançar o livro “A Verdade sobre Abelardo, Heloísa e Astrolábio”.

Divulgação



CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

Atualização cadastral pode ser feita no site

A cada ano, a Amagis tem adotado novas ferramentas de comunicação para manter os magistrados atualizados sobre todas as conquistas e suas atividades. Para além das correspondências, do jornal DECISÃO, do site e das redes sociais, a diretoria busca

manter os magistrados informados com o envio da newsletter ‘Amagis Notícias’ por e-mail, de mensagens via e-mail e de informes curtos por celular (SMS) e transmissão ao vivo das sessões do Órgão Especial.

Para ter acesso a todo esse conteúdo,

incluindo informações exclusivas publicadas no site, é importante que o associado mantenha seu cadastro em dia. A atualização é simples e pode ser feita diretamente na Central de Suporte Técnico, pelo endereço eletrônico mail.amagis.com.br/cadastro/contato.php.

mail.amagis.com.br/cadastro/contato.php.

Para atualizar dados como endereço, telefone e e-mail o magistrado deve acessar ‘Área do Associado’, no alto do site e informar o login e senha, que são fornecidos quando um magistrado filia-se à

Amagis. Caso tenha esquecido a senha basta entrar no suporte pelo endereço mail.amagis.com.br/cadastro/rec.php. Outras dúvidas podem ser esclarecidas no departamento de informática pelos telefones (31) 3079-3462 ou (31) 3079-3485.

Instituto Mineiro
de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

CÂMARA CRIMINAL

TJMG tem novo desembargador

Marcelo Albert/TJMG



Carlos Roberto com a família e Pedro Bitencourt

O juiz Carlos Roberto de Faria tomou posse como desembargador do TJMG no dia 17 de fevereiro. O magistrado passou a integrar a 8ª Câmara Cível do Tribunal, na vaga da desembargadora Vanessa Verdolim, que se aposentou no ano passado.

Para o novo desembargador, o compartilhamento das decisões com os colegas de câmara é uma grande

mudança. “Enquanto o juiz toma decisões monocráticas, na segunda instância, a decisão é do grupo. Mas são as opiniões divergentes e esse modo democrático de decidir que constroem a Justiça e o direito”, afirmou.

Natural de Ipatinga, o desembargador Carlos Roberto de Faria é formado pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. ●

REPRESENTANTES FEDERAIS

Ajufemg e ADPF visitam Amagis



Renato Jardim, Ricardo Machado e Maurício Soares

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu, na sede da Associação, respectivamente, nos dias 17 de fevereiro e 28 de janeiro, o presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais (Ajufemg), Ricardo Machado de Rabelo, e os delegados José Pacífico e Luiz Augusto Pessoa, representantes da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF).

No encontro do dia 17, o presidente Maurício Soares estava acompanhado do diretor da Revista MagisCultura, juiz Renato César Jardim, e no dia 28, do vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz. Em ambos foram discutidos assuntos institucionais e de interesse da classe. ●

CAMPANHA ELEITORAL

OAB-MG lança comitê para eleição

Tiago Parrela



Comitê foi lançado na sede da OAB em BH

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, representando o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 3 de fevereiro, do lançamento do Comitê de Combate ao Caixa 2, da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Minas Gerais.

O comitê receberá denúncias de irregu-

laridades nas campanhas eleitorais, que poderão ser feitas por qualquer cidadão. Para a juíza Luzia Peixôto, a iniciativa é de grande importância para a sociedade brasileira. Os desembargadores Edgard Penna, membro do TRE-MG, e Luís Carlos Gambogi também participaram da cerimônia de lançamento do comitê. ●

NACIONAL

Amagis participa de posses no Sul

AJURIS



Posses aconteceram no Fórum de Porto Alegre

A interlocução com a magistratura nacional é uma das preocupações do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, uma vez que importantes projetos de interesse da magistratura serão discutidos em Brasília ao longo deste ano.

Comprometido com o fortalecimento da magistratura no debate dos temas nacio-

nais, Maurício Soares participou, no dia 3 de fevereiro, da posse das novas diretorias da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

A Associação passou a ser presidida pelo juiz Gilberto Schäfer, e o Tribunal de Justiça, pelo desembargador Luiz Felipe Silveira Difini. ●

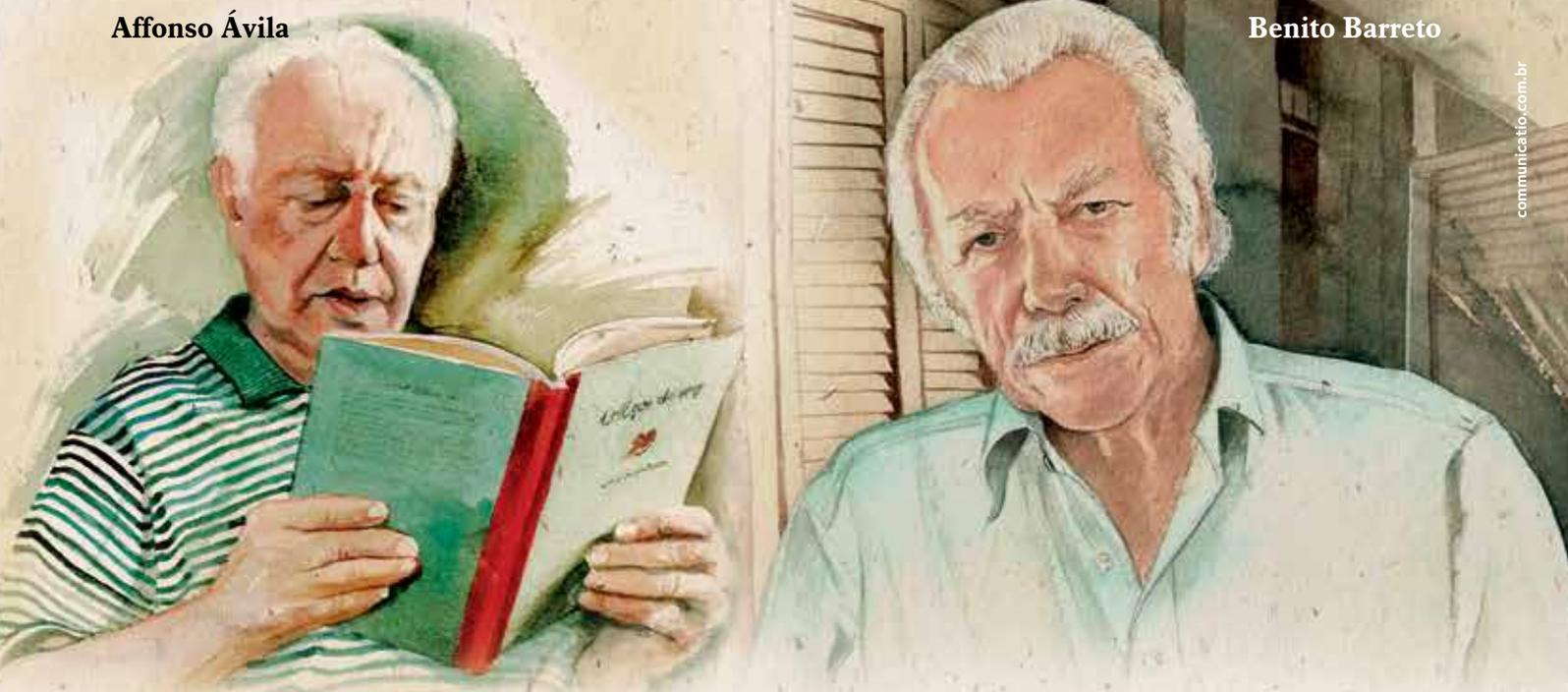
JUIZES
SUBSTITUTOS

O TJMG empossou, no dia 29 de janeiro, 20 novos juizes substitutos. Conheça os novos magistrados:

- Rêidric Victor da Silveira Condé Neiva e Silva
- Estevão José Damazo
- Paulo José Rezende Borges
- Miller Freire de Carvalho
- Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
- Aline Damasceno Pereira de Sena
- Juliano Carneiro Veiga
- Vivian Lopes Pereira de Figueiredo
- Wagner Mendonça Bosque
- Maria Clara Silva
- Anderson Zanotelli
- Hilton Silva Alonso Junior
- José Rubens Borges Matos
- Bárbara Lívio
- Luiz Felipe Sampaio Aranha
- Diego Duarte Bertoldi
- João Carneiro Duarte Neto
- Glauber Oliveira Fernandes
- Janaína Machado Conceição
- José Alexandre Marson Guidi

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicafio.com.br

Estes autores já publicaram na

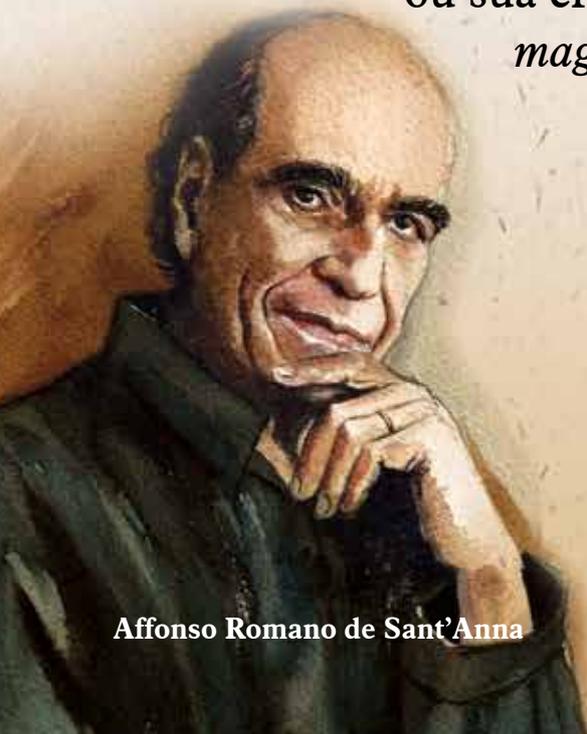
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

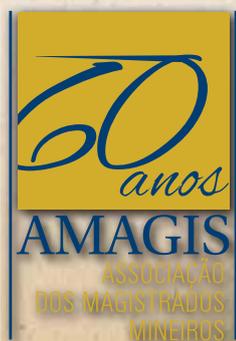
Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

INTERESSE PÚBLICO

Destques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA



Fernanda Marques

18 ANOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

O Via Justiça faz uma análise da lei que regulamentou o trânsito no Brasil há 18 anos. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado criminalista Lázaro Guilherme. Qual tem sido sua eficácia nos dias de hoje? O Estado brasileiro tem promovido suficientemente o conhecimento do Código de Trânsito Brasileiro? Assista! (Foto)

TORNOZELEIRA ELETRÔNICA E PENAS DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

O monitoramento eletrônico de presos por meio das tornozeleiras é o tema de nosso, que também discute as penas de prestação pecuniária, que são as multas aplicadas em substituição à prisão, nos casos de delitos de menor gravidade. Participam do programa, o juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira, da Vara de Execução Penal de Belo Horizonte, e a defensora pública Marcella Moraes Pereira das Neves.

IMPEACHMENT

Como é o processo de impeachment de um presidente da República no Brasil? Nossos convidados, desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível, e o advogado Welington Luzia Teixeira comentam o assunto. Em quais termos, a Constituição do Brasil define as regras do impeachment? Além da Constituição, quais são as outras bases legais do impeachment? Não perca!

DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS [REPRISE]

O tema é a descriminalização de drogas para uso pessoal, que está em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal e teve o voto favorável do ministro relator do processo, Gilmar Mendes. Participam do programa, a juíza Andrea Miranda, da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, e Jorge Tobias de Souza, coordenador da Coordenadoria de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes do Ministério Público - MG. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO



DANO MORAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

O Relatório Justiça em números do ano passado aponta que há mais de 2 milhões de ações tratando da responsabilidade do fornecedor e indenização por dano moral. Esse é um dos assuntos mais demandados do País. O que vem a ser dano moral sob o ponto de vista do direito do consumidor e quais suas principais categorias? Quais os limites e como se calculam as indenizações por dano? Quem responde a essas perguntas é o juiz Christyano Lucas Generoso, da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte. (Foto)

CAPACITAÇÃO PARA ELEIÇÕES 2016

As eleições municipais de 2016 já começaram para os juízes mineiros. Por meio da Escola Judiciária Eleitoral, do TRE-MG, eles farão curso de capacitação para atuar no processo eleitoral deste ano. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Carlos Henrique Perpétuo Braga, diretor executivo da Escola Judiciária de Minas Gerais- EJEMG. Quais são as mudanças na legislação eleitoral para este ano? Confira!

MEDALHA GUIDO DE ANDRADE 2015

A Amagis encerrou o ano de 2015 homenageando cinco personalidades que contribuíram para o fortalecimento do Judiciário e da magistratura do Estado. Os agraciados integram os Três Poderes na esfera estadual e municipal. Os homenageados foram condecorados com a medalha Desembargador José Guido de Andrade, que é o patrono da comenda e principal honraria da Amagis.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE (ALFENAS) - REPRISE

O Pensamento Jurídico foi a Alfenas acompanhar o evento em comemoração aos 60 anos da Amagis. No programa, magistrados e autoridades falam sobre o processo de judicialização da saúde. Na Carta Magna de 1988, o direito à saúde é descrito como um Direito Fundamental. O documento é considerado um marco histórico para a pauta da saúde, pois tira as restrições impostas aos serviços de saúde, tornando seu provimento obrigação do Poder Público. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

DESACELERAÇÃO ECONÔMICA

O tombo da arrecadação

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

A sirene do mundo da economia e do orçamento continua a tocar forte seu sinal de alarme, mostrando o tombo da arrecadação que reflete a desaceleração da atividade econômica no País, gerando, entre outros efeitos negativos, o vertiginoso aumento do desemprego.

Sabe-se que, para tampar o atual rombo do Tesouro, a única saída é o aumento da arrecadação tributária, seja pela criação de novos impostos (a catastrófica CPMF e outros quejandos) ou pelo viés da retomada do crescimento econômico, diante da recessão em que o Brasil está mergulhado.

Segundo dados divulgados pela própria Receita Federal, em 21 de janeiro passado, a queda real da arrecadação federal foi de 5,65% superior, portanto, à retração estimada para a economia em 2015, em torno de 4%.

Para resumir, os tributos recolhidos, no ano passado, somaram 1,27 bilhão, menor valor desde 2010, considerando a inflação do período.

O governo não apresentou qualquer plano concreto, ou seja, finge não escutar o alarido que toma as ruas das grandes cidades. Até agora, ao que parece, as consequências da crise econômica não despertou no Palácio do Planalto o mesmo sentido de

urgência do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus zica. Lamentavelmente, tudo sinaliza que o combate ao mosqui-

Gilberto Santa Rosa



Queda na venda de veículos reduz a produção nas fábricas e deixa pátios lotados

to, trombeteado aos quatro cantos, envolvendo Forças Armadas e ministros estrategicamente espalhados pelos Estados, não passou de mais uma jogada de marketing. Objetivo: captar a simpatia do povo, desviando sua atenção dos problemas econômicos. Dada a sua gravidade, ambos deveriam ser tratados com urgência e seriedade.

Voltando ao problema da queda da arrecadação, na pesquisa mensal Prisma, economistas consultados previram déficit fiscal de R\$ 68,2 bilhões, bem superior à estimativa de um mês atrás, em torno de R\$ 5,3 bilhões.

Para ilustrar, comparando janeiro de 2015 e de 2016, de acordo com dados da Anfavea, a queda do se-

tor de veículos de passeio e pesados foi de 29,3%. Desde abril de 2015, o ritmo de produção caiu 38,8%, semelhante ao patamar do ano

de 2003. São quase 50 mil veículos novos nos pátios das fábricas e revendedoras. Lado outro, segundo a Confederação Nacional do Comércio, em 2015, cerraram as portas quase 100 mil lojas.

Em Minas Gerais, conforme declarações do nosso governador à imprensa, em 2015, a previsão de arrecadação estadual era de R\$ 81 bilhões. No entanto, entraram, nos cofres públicos, R\$75 bilhões. Só o ICMS caiu 8%.

Para enfrentar a queda da receita causada pela recessão, o governo mineiro pretende o corte de 165 mil vagas do funcionalismo, ainda não preenchidas, a suspensão de concursos públicos e a fusão de 26 órgãos e secretarias. Finalmente, o efetivo parcelamento salarial do funcionalismo que recebe mais de R\$ 3 mil, por mês.

Na verdade, a receita líquida de 25 Estados, no

ano passado, já descontada a inflação, caiu 4,2%. Para aliviar a situação, o governo federal, que vinha protelando a situação, publicou na primeira semana de fevereiro o Decreto nº 8.565, visando facilitar os trâmites no corte dos juros, aprovado no final do ano passado.

Diante da falta de apoio no Congresso Nacional, inclusive da própria base aliada,

para implementação das reformas estruturais (previdência, trabalhista e tributária), somada à frouxidão fiscal, é quase certo que continuaremos à deriva. Para ser preciso, rumo à catástrofe anunciada.

Nesse cenário, pode-se afirmar que a situação está muito mais para o pernicioso vírus zica do que

para medidas eficazes contra a recessão, que pode ser aprofundada, levando o País a uma década perdida. ●

(*) Desembargador

“Diante da falta de apoio no Congresso Nacional, inclusive da própria base aliada, para implementação das reformas estruturais (previdência, trabalhista e tributária), somada à frouxidão fiscal, é quase certo que continuaremos à deriva”

“A queda do setor de veículos de passeio e pesados foi de 29,3%. Desde abril de 2015, o ritmo de produção caiu 38,8%, semelhante ao patamar do ano de 2003. São quase 50 mil veículos novos nos pátios das fábricas e revendedora”

IMPOSTO DE RENDA

Contribuinte deve informar CPF de dependente com 14 anos

FabianaBressanetti

A Receita Federal estima que, até o dia 29 de abril, 28,5 milhões de contribuintes entregarão a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física de 2016. A principal novidade para este ano é a obrigatoriedade de informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos dependentes ou alimentandos com 14 anos ou mais. No exercício anterior, a idade mínima era a partir dos 16 anos.

Médicos, dentistas, psicólogos, advogados e outros profissionais liberais terão de informar o CPF dos seus clientes e discriminar o valor recebido de cada um, tendo como referência o carnê-

-leão, que corresponde ao recolhimento mensal obrigatório de pessoas físicas que recebem rendimentos de outra pessoa física residente no Brasil ou no exterior. O objetivo da Receita Federal é facilitar o cruzamento de dados das deduções dos contribuintes.

Para este ano, o programa para a declaração do imposto de renda integral, na "opção entrega da declaração", as funções de verificação das pendências, a gravação da declaração e transmissão dos dados à Receita Federal. O programa para preenchimento da declaração está disponível no site receita.fazenda.gov.br. ●



ESPAÇO
DIAMOND
TRADE
LOURDES

GRANDES
NEGÓCIOS
COMEÇAM
AQUI.



PRONTO EM
30 DIAS

249 VAGAS
ROTATIVAS E PARTICULARES

FINANCIAMENTO EM ATÉ
100 MESES*

Localização estratégica e infraestrutura completa, em um edifício com arquitetura moderna. Esse é o Espaço Diamond Trade, situado no bairro de Lourdes, ao lado da AGU e próximo ao Fórum Lafayette. São 18 andares com espaços a partir de 39m², com excelente iluminação e ventilação natural.

Acesse WWW.ESPACODIAMONDTRADE.COM.BR e descubra o empreendimento ideal para trabalhar ou investir.

VENDAS EXCLUSIVAS:



PLANO | A

31 3566.4990

comercial@planoani.com.br
31 98456.4750

INVESTIMENTO

Imobiliária oferece desconto para magistrados



Marcelo D'Ávila em uma das salas do Espaço Diamond Trade

Considerada uma empresa jovem no mercado, a Plano A – Agência de Negócios Imobiliários aposta na experiência dos seus sócios, Leonardo Coelho, Leonardo Flor e Marcelo D'Ávila, para desenvolver um modelo de negócio no qual a qualidade do atendimento possa agregar valor a todas as partes envolvidas no empreendimento.

Em busca de um público que atenda a esse novo perfil de mercado, a Plano A realizou convênio com a Amagis, no qual dará 5% de desconto no preço de tabela do Espaço Diamond Trade. Localizado no bairro Lourdes, região Centro-Sul de Belo Horizonte, a empresa oferece, no empreendimento, salas comerciais a partir de 39 m² em um imóvel de alto padrão. O Espaço Diamond Trade oferece 249 vagas de garagem

e um pavimento reservado para estacionamento rotativo.

De acordo com Marcelo D'Ávila, nas regiões mais nobres, os preços dos imóveis estão estáveis há aproximadamente um ano e meio. Para ele, esse fator somado à alta do dólar e da inflação, mais a queda da velocidade das vendas, torna o momento propício para investimento em negócios imobiliários.

A Plano A aposta ainda na localização do Espaço Diamond Trade, que está próximo do Shopping Diamond Mall, Minas Centro, Hospital Mater Dei e Conexão Aeroporto, como uma das vantagens do empreendimento. Mais detalhes do imóvel podem ser vistos no site espaco-diamondtrade.com.br. Veja o anúncio na página 23. ●

PÓS-LITTERATURA

Desembargador João Quintino da Silva

MEUS DOMINGOS

Aos GOMES LIMA – essa lenda
Que dá graça ao universo -
Vai a título de prenda
A homenagem do meu verso.

Esquecer um clã amigo,
Que me trata como irmão,
É proeza p'ra castigo,
Um pecado sem perdão.

Na Igreja da freguesia,
Penso em quem da minha estima.
A oração, porém, do dia
Se destina aos GOMES LIMA.

Shutterstock



NOVIDADES E CLÁSSICOS

Discos de vinil, uma experiência sonora eterna

TIAGO PARRELA

Encarado como fetiche e objeto de desejo por muita gente, além, claro, da sua qualidade sonora superior, os discos de vinil vêm reconquistando um público de jovens e adultos carentes da falta de qualidade do MP3 e do CD. Gravadoras produzem relançamentos de álbuns já consagrados, e muitos artistas têm lançado seus trabalhos em Long Play (LP), ou vinil, bolacha, provando que essa realidade não é somente um movimento de saudosistas.

O mercado do vinil tem crescido de forma expressiva. As vendas nos Estados Unidos em 2015, onde funcionam 17 das 46 fábricas espalhadas pelo mundo, cresceu, entre janeiro e março, 53% em relação ao mesmo período de 2014.

Em Belo Horizonte, muitos desses amantes do vinil podem garimpar diversos títulos em sebos e lojas especializadas. Próximo à Amagis, localizada no Mercado Distrital do Cruzeiro, encontra-

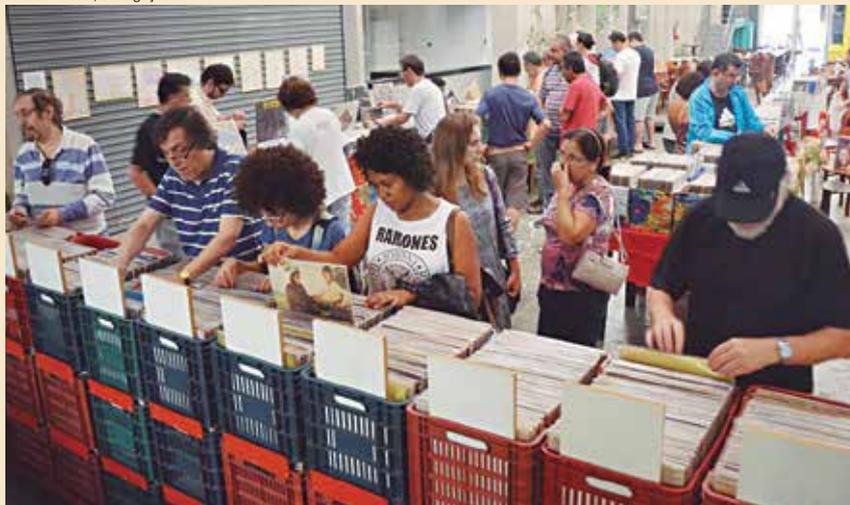
-se a Discoteca Pública, que possui um acervo de mais de 14 mil títulos, somente de música brasileira. Uma coleção particular do produtor Edu Pampani, que disponibiliza aos interessados fazerem uma pesquisa em torno da música brasileira e conhecerem diversas raridades do cancionário nacional.

Os frequentadores da Discoteca Pública também podem adquirir diversos discos nacionais e estrangeiros, com álbuns garimpados por Pampani, e que estão à venda, com os mais diferentes preços.

Outro fenômeno que acontece na Discoteca Pública é sua Feira do Vinil e CDs Independentes realizada desde novembro de 2007, composta de um grupo de 10 a 12 expositores, entre amigos, lojistas, colecionadores e DJs. O encontro é realizado a cada terceiro sábado do mês no Mercado Distrital do Cruzeiro.

Segundo Edu Pampani, idealizador da feira, surgiu uma relação bastante prazerosa e de camaradagem entre os pró-

Wilson Avelar/Divulgação



Feira de vinil realizada no Mercado do Cruzeiro pela Discoteca Pública

prios expositores, que passam indicações mútuas entre eles no item procurado pelo cliente. “Quem passa pela feira tem o prazer de trocar informações, altos papos sobre música, valiosas dicas onde encontrar equipamentos, discos importados, agulhas, etc. Todos estão lá para isso, repassar todas as informações possíveis e necessárias”, observou.

Na feira, o interessado pode encontrar vários lançamentos e relançamentos em vinil de 180 gramas. Todos os ex-

positores estão sempre atentos em atender bem a todos os clientes, disponibilizando, além dos vinis antigos, seminovos e originais e as bolachas recém-saídas “do forno”.

Pampani disse que o material levado aos eventos pelos expositores está em estado de conservação impecável. “A partir de R\$ 5,00, os clientes já conseguem comprar muitos discos bons; os preços são para todos os bolsos e gostos. Em cada edição da feira, os visitantes possuem uma oferta de mais de

10 mil discos para se deliciar, ouvir e escolher o que levar para casa”, garantiu.

QUALIDADE SONORA

Os discos de vinil são matrizes originais, quando ele está com a capa intacta e em perfeito estado de conservação. Na realidade, não existem mais as fitas “masters” das gravações que eram feitas dentro dos estúdios. Tudo foi perdido ou derretido. Portanto, é importante a valorização de qualquer vinil.

Segundo Pampani, o som do vinil tem um “sabor diferente” e vantagens cientificamente comprovadas sobre qualquer som digital. “O som dele é único, e a sonoridade do grave é uma das razões pelo qual ele é preferido, o som do CD é diferente, nem melhor e nem pior”, apontou.

Além disso, os projetos gráficos do vinil, a estética, o conceito, a beleza, o tamanho, os dois lados e o peso: tudo isso faz com que ele ainda continue moderno. ●

AMIGOS DO VINIL

Discoteca Pública está aberta ao público - colecionadores, DJs, audiófilos e curiosos - para audições e pesquisas de terça a domingo, sendo que, nos dias úteis, o expediente é das 10h às 19h. Nos finais de semana, das 10h às 17h. Caso precise do áudio, é feito o serviço de digitalização do disco.

Outros locais para encontrar vinil em BH

Acústica:
(31) 3281-6720

Trem Azul:
(31) 3222-7666

Mandragora:
(31) 3224-3208

All Wave Discos:
(31) 3212-5295

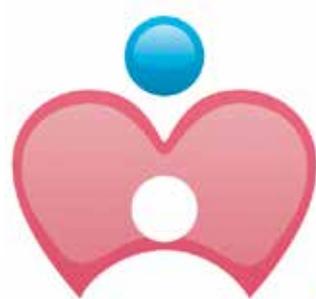
Aparelhos e peças

CATODI – Casa dos Toca-Discos:
www.catodi.com.br

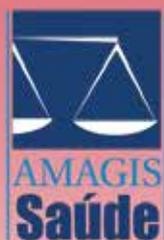
Dicas de cuidado

Limpar somente com água corrente, e assim que lavado, deixe o vinil secar sozinho no escorredor de pratos e nunca o seque com pano e nem o deixe no sol.

Não armazenar os discos empilhados uns sobre os outros, guardá-los na posição vertical, evitando empená-los, e em locais sem incidência de sol.



Programa
AMOR à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

BENEFÍCIO

Amagis Saúde abre portabilidade sem carência

Os associados interessados em migrar do Amagis Saúde para o plano Grupo de Estados têm até o dia 30 de junho deste ano para fazer a portabilidade sem carência.

Plano de autogestão da magistratura mineira, a Amagis Saúde possui uma rede credenciada em Minas Gerais com cerca de 2 mil prestadores de serviços, oferece atendimento exclusivo aos seus usuários, tendo sua excelência reconhecida oito vezes consecutivas pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Na última avaliação do Índice de Desenvolvimento de Saúde Suplementar da ANS, divulgado em setembro do ano passado, a Amagis Saúde foi bem avaliada em todos os critérios observados pela agência (atenção à saúde, gestão econômica-

Tiago Parrela



Amagis Saúde oferece atendimento exclusivo e qualificado aos usuários

co-financeiro, estrutura de operação e satisfação ao beneficiário).

GRUPO DE ESTADOS

Para regulamentar e ampliar a abrangência da Amagis Saúde, a diretoria da Associação do plano Grupo de Estados, aprovado em assembleia geral extraor-

dinária realizada em 14 de fevereiro de 2014.

A modalidade oferece cobertura em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sem a "diferença de tabela" aplicada quando o usuário utilizava a rede credenciada de outros estados.

Mais informações sobre o plano da Amagis Saúde estão dis-

poníveis no site amagissaude.com.br. Os associados interessados em migrar de outro plano para a Amagis Saúde terão de cumprir o prazo de portabilidade do seu plano de origem. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (31) 3079-3482, (31) 3079-3499 ou (31) 3079-3492. •

EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Grupo relacional da Unidas fixa valores justos aos associados

Adrián Pérez



A cada quinze dias, o setor de credenciamento do Amagis Saúde participa do grupo

relacional da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) para

estabelecer parâmetros para negociação com os prestadores de serviço do plano de saúde da magistratura mineira.

Nas reuniões, o grupo estuda índices de reajuste e o seu impacto sobre o custo dos serviços, a fim de garantir o equilíbrio financeiro dos planos de gestão em saúde e impedir que os usuários sejam onerados.

Os estudos seguem a legislação da Agência Nacional de Saúde, e o grupo discute parcerias e visitas à rede credenciada.

São observados ainda equipamentos, a frequência das diárias e taxa, honorários médicos, inclusão e exclusão de itens das tabelas de diárias, taxa e materiais e comercialização de materiais e medicamentos. •

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:

Desembargador
Maurício Soares

Diretoria do Amagis Saúde:

Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixoto

Diretor de Saúde

Desembargador
Edison Feital Leite

Diretor Financeiro

Juíza Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes

Conselho Gestor:

TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes

Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite

Juízes da Capital

Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade

Suplentes

João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura
Gomes

Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão
Juarez Moraes de Azevedo

Suplentes

Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade

Suplentes

José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

DATA HISTÓRICA

Integramagis celebrará 40 anos da Amagis Saúde

No próximo mês, a Amagis Saúde completará 40 anos. Para marcar a data, a diretoria da Associação está preparando uma edição especial do Integramagis.

A escolha do evento para celebrar o quadragésimo aniversário do plano de saúde da magistratura mineira é uma referência histórica ao projeto que, em agosto de 2017, completará 15 anos.

O Integramagis foi criado na gestão do desembargador Doorgal Andrada (2001/2002), cujo vice-presidente de Saúde era o desembargador Tiago Pinto, como uma ação preventiva e com o objetivo de promover a convivência, socialização

e qualidade de vida da magistratura mineira, tendo como consequência a redução das consultas médicas em alguns casos recorrentes e até mesmo desnecessários.

Desde então, medidas preventivas voltadas para a atenção a saúde tornou-se uma preocupação constante das diretorias da Associação. Em 2011, na gestão do juiz Bruno Terra (2010/2012), tendo, como vice-presidente de Saúde, o juiz Luiz Carlos Rezend e Santos, decidiu ampliar suas ações preventivas com o lançamento do programa 'Amor à Vida'.

O programa conta com uma equipe médica integrada composta

Georgia Baçvaroff - 19/02/2015



Palestrantes, como Leila Ferreira, propõem reflexões sobre o cotidiano

por um cardiologista, endocrinologista, dentista, geriatra, fisioterapeuta e nutricionista, qualificada para orientar os usuários de forma individualizada,

no desenvolvimento de hábitos saudáveis.

Os atendimentos do 'Amor à Vida' são realizados na Amagis e os associados interessados em participar do

programa podem agendar uma consulta pelo telefone (31) 3079-3472. Confira a programação do Integramagis no site amagissaude.com.br. ●

SAIBA COMO TER ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA EM VIAGENS

Para garantir mais agilidade e eficiência nos atendimentos de urgência e emergência fora da área de abrangência dos planos Estadual ou Grupo de Estados, a Amagis Saúde sugere aos associados os seguintes procedimentos:

Plano estadual

>> Fora do Estado, as urgências e emergências são atendidas pela Unimed;

>> Antes de viajar, faça uma relação e informe-se sobre os prestadores serviços da Unimed que atendem em caráter de urgência e emergência na região para onde o associado vai.

>> Entre em contato com a Central de Atendimento da Unimed pelo telefone 4020-4020 para se informar sobre quais são os prestadores de serviço da região para a qual o associado viajará.

Grupo de estados (MG, SP E RJ)

>> Entre em contato com a Amagis Saúde para verificar qual a rede credenciada para atendimento de emergência e atendimento eletivo;

Para ambos os planos:

>> Caso não consiga solucionar algum problema, acione a Amagis Saúde pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480, (31) 3079-3481, de segunda às sextas-feiras, de 7h às 19h, e aos sábados de 8h às 13h15. Nos fins de semana, após as 13h15, o atendimento é feito pelo telefone (31) 99977-2860.

>> Em viagens internacionais, contrate um seguro de saúde para garantir o atendimento médico em outros países. ●